

Um caso surpreendente de concordância variável em português europeu

Pilar P. Barbosa

Telma Freire

Universidade do Minho

pbarbosa@ilch.uminho.pt

telmafreire@gmail.com

Abstract

This paper presents a case of variation in verbal agreement in European Portuguese which is attested in a particular region of Northern Portugal and has a restricted distribution: speakers (optionally) omit verbal agreement only in contexts with the inflected infinitive and with the future subjunctive. We present the results of a battery of tests that indicate that it is the feature [Number] rather than [Person] that is affected. Our approach is based on Distributed Morphology (Halle and Marantz, 1993) and on the notion of 'variable rule' from Variationist Sociolinguistics (Labov, 1966). In the spirit of Nevins and Parrott (2010), we suggest that this phenomenon is due to the probabilistic application of a rule of Impoverishment in the post-syntactic level of grammar.

Keywords: Variationist sociolinguistics, variation, variable rule, distributed morphology

Introdução

A concordância verbal enquanto “regra” variável tem sido objeto de estudo sobretudo por investigadores brasileiros, no quadro da Sociolinguística Variacionista (Scherre, 1994; Scherre e Naro, 1998, Rodrigues 2004). Assim, é sabido que, em variedades não escolarizadas do português do Brasil (PB), é atestada a ausência de concordância entre o sujeito e o verbo:

(1) Nós não tinha medo de sucuri, não tinha medo de onça, não pensava em nada (Rodrigues, 2004: 134)

No caso do português europeu (PE), estudos recentes (Mota e Vieira, 2008; Cardoso, Carrilho e Pereira, 2012) centraram-se na alternância entre a terceira pessoa do plural e do singular em coocorrência com um sujeito plural (cf. ‘quando morria pessoas’), tendo concluído que o tipo de verbo (inacusativo) e a posição do sujeito (pós-verbal) são fatores determinantes em favor da concordância não padrão.

Neste estudo, investiga-se um caso de variação na concordância verbal em PE que, tanto quanto sabemos, não foi antes descrito na literatura, e tem uma distribuição e propriedades particulares. Trata-se da omissão dos traços da concordância verbal em contextos de infinitivo flexionado, na presença de sujeito lexical, como se exemplifica a seguir (exemplos retirados da fala espontânea de alunos da Escola Profissional de Felgueiras):

Textos Seleccionados, XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Porto, APL, 2014, pp. 71-84, ISBN 978-989-97440-3-5

- (2) # Se é para nós comer, eu venho.
 (3) # É melhor nós ir lá.
 (4) # Isto é para nós fazer?

Este tipo de concordância não padrão é atestado (pelo menos) em falantes de uma determinada região do Norte de Portugal, da zona do Vale do Sousa e do Vale do Ave, e é particularmente intrigante, por duas razões. Em primeiro lugar, é conhecida a tendência, já observada na literatura (cf. Duarte, Gonçalves e Santos, 2013), por parte da generalidade dos falantes de PE, para o uso do infinitivo flexionado mesmo em contextos que exigem a forma não flexionada na variedade padrão (cf. #‘Eles acabam de falarem com a Maria’). Em segundo lugar, são frequentes os chamados “erros de atração”, em que é feita concordância em número com o SN mais próximo (como em ‘A apresentação das cores em duetos obedecem a uma harmonia que atende a todos os estilos de maquilhagem’ (Scherre e Naro, 1998:12)). Os exemplos (2), (3) e (4) contrariam estas duas tendências, facto que os tornam particularmente interessante enquanto objeto de estudo.

Neste artigo, apresentamos os resultados de uma bateria de testes de gramaticalidade aplicados a falantes da zona em apreço, que revelam que (i) a omissão da concordância afeta exclusivamente os morfemas de concordância positivamente especificados para o traço de número; (ii) o fenómeno não se limita ao infinitivo flexionado; estende-se também, e em exclusivo, ao futuro do conjuntivo. Apresentaremos uma análise baseada na combinação da teoria da Morfologia Distribuída (Halle e Marantz, 1993) com a noção de ‘regra variável’ da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1966), tal como proposto em Nevins e Parrott (2010). Em particular sugeriremos que o fenómeno em causa se deve à aplicação de uma regra de Empobrecimento no nível pós-sintático da gramática. Adotando a sugestão de Nevins e Parrott (2010), esta é uma regra variável, i.e., uma regra que opera de forma probabilística e não categórica.

2. Os dados

Para melhor compreender o fenómeno em apreço, aplicou-se a 50 falantes da zona do Vale do Sousa e do Vale do Ave um teste de aceitabilidade com base numa escala de Likert bipolar. O teste foi aplicado a falantes adolescentes, todos atualmente no décimo primeiro ano do ensino secundário. Criaram-se condições para testar orações finitas e infinitivas. Em ambos os casos, criaram-se contextos com orações finais, orações completivas de objeto com e sem preposição e ainda completivas de sujeito. Relativamente às orações finitas, testaram-se ainda orações matriz e orações subordinadas condicionais com o futuro do conjuntivo (i.e., alternâncias do tipo ‘se nós for...’ *versus* ‘se nós formos...’) visto que os falantes desta região produziram os enunciados que podemos ver em (5) e (6).

- (5) # Se nós acabar isto, podemos sair?
 (6) # Se eles for, eu também vou.

Em cada um destes contextos, variou-se entre a 1P e a 3P; no caso da terceira pessoa do plural, como variáveis controladas, alternou-se entre o uso do pronome e DP plenos. Em cada condição, havia orações com concordância (gramaticais) e sem concordância (agramaticais no dialeto padrão).

Concluiu-se que há uma diferença relevante entre os juízos de aceitabilidade relativos às formas agramaticais (no dialeto padrão) das orações infinitivas (56,2%) e das orações finitas (22,7%), como se pode verificar no gráfico 1.

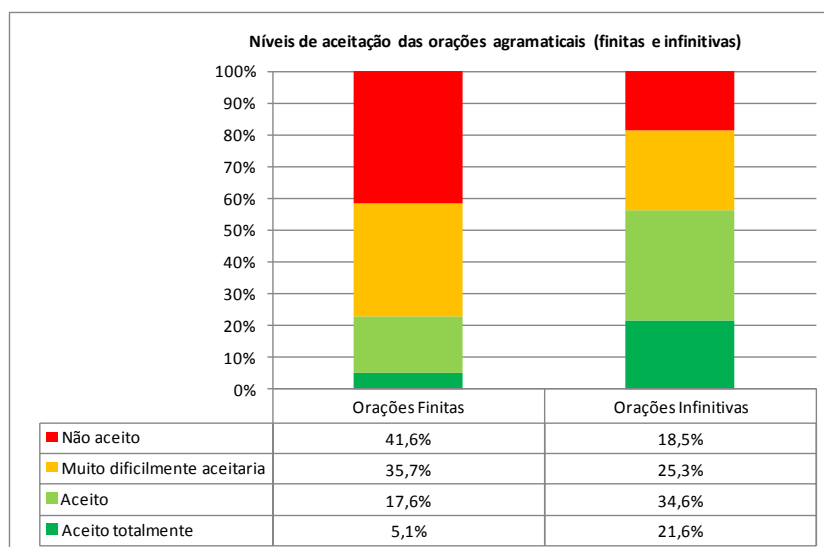


Gráfico 1

Dos resultados relativos às orações finitas, excetua-se o futuro do conjuntivo uma vez que, neste contexto, os juízos de aceitabilidade se aproximam dos resultados das orações infinitivas. Analisemos, por enquanto, o que acontece com estas últimas. No gráfico 2, apresenta-se os resultados das orações infinitivas gramaticais e agramaticais.

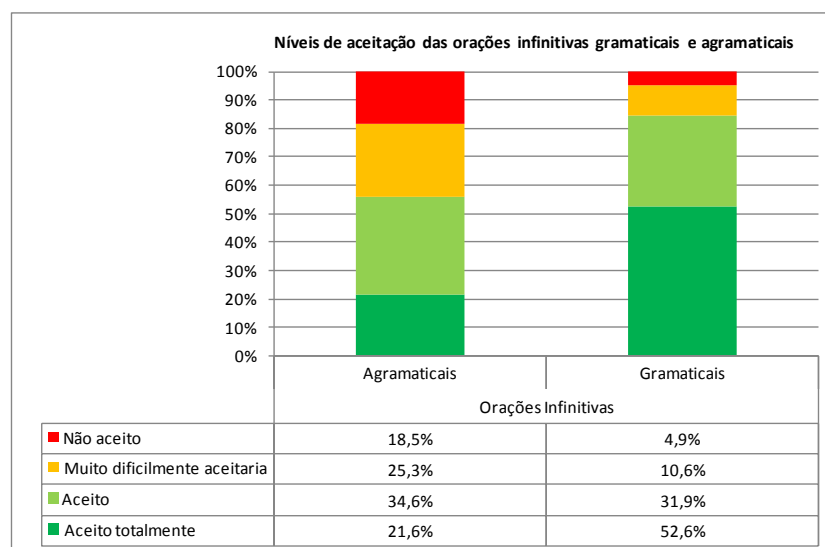
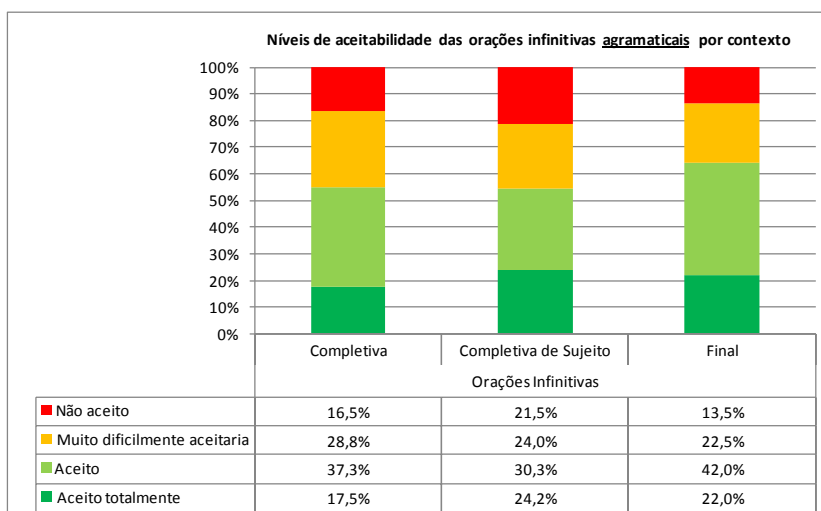


Gráfico 2

Como se pode verificar, não obstante a diferença percentual (28,3%), os falantes aceitam tanto as orações infinitivas gramaticais (84,5%) como as agramaticais (56,2%). Relativamente às orações infinitivas agramaticais, apresentam-se, no gráfico 3, a distribuição dos níveis de aceitabilidade consoante os contextos em estudo.

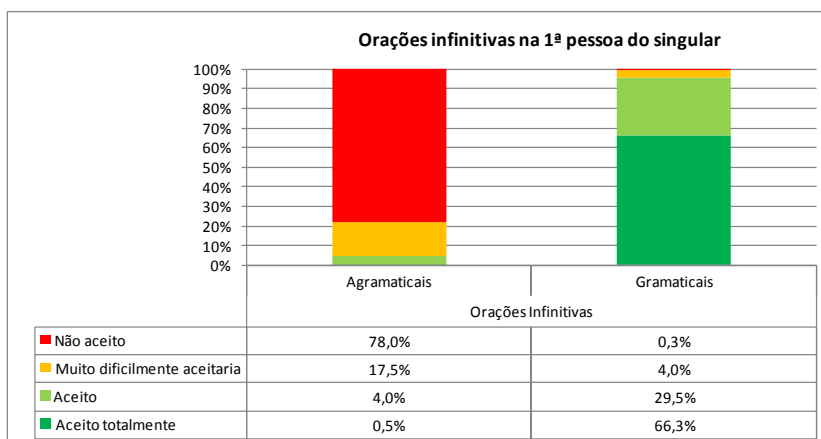
**Gráfico 3**

O gráfico 3 permite aferir que o contexto mais aceite pelos falantes corresponde ao das orações infinitivas finais (64%), sem diferenças assinaláveis entre sujeitos plenos e pronomes, ou seja, em frases como as que se seguem.

(7) # A mãe faz sempre pão para nós comer.

(8) # O professor tem de ser exigente para os alunos trabalhar.

É de salientar que a percentagem mais elevada de aceitação não está relacionada com a atribuição excecional de caso. Esta possibilidade foi acautelada no próprio desenho do teste, tendo sido incluídos exemplos em que o sujeito encaixado aparece no caso oblíquo (cf. #‘A mãe faz sempre pão para mim comer.’). Os participantes rejeitaram expressivamente estes casos com 95,5% de não aceitação, mas aceitam perfeitamente as orações gramaticais correspondentes, como ‘A mãe faz sempre pão para eu comer.’ (cf. gráfico 4).

**Gráfico 4**

Regressando ao gráfico 3, verifica-se que as orações completivas de objeto e as completivas de sujeito apresentam resultados muito semelhantes (54,8% e 54,5%, respetivamente.) Relativamente às orações completivas de sujeito, destacam-se os níveis de aceitabilidade (70%) de orações como as exemplificadas a seguir.

(9) # Convém nós saber o programa.

(10) # Basta nós dizer a verdade.

As orações completivas de sujeito selecionadas por predicados adjetivais, como ‘#É difícil nós trabalhar assim’, foram aceites em 49,5% dos casos.

Os resultados relativos às orações infinitivas permitem afirmar que, de facto, nesta região, os falantes aceitam a variação na concordância verbal em estudo. Para evidenciar estes resultados, seguem-se os dados relativos às orações finitas. Foi já mencionado anteriormente que os níveis de aceitação de orações finitas sem concordância não são significativos (22,7%); os resultados relativos a estas orações apresentam-se agora com mais pormenor. É de notar que estes 22,7% são relativos às orações finitas sem concordância excluindo os contextos com o futuro do conjuntivo (cf. gráfico 5).

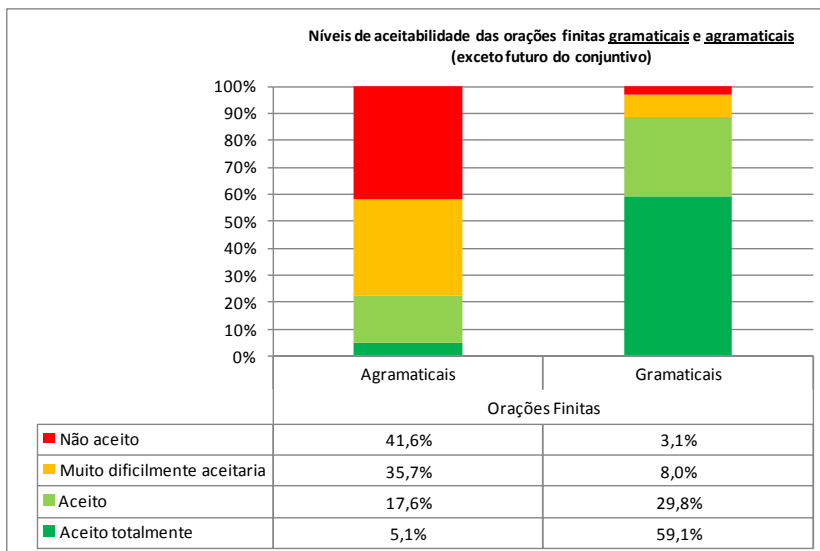


Gráfico 5

Perante estes resultados, importa agora analisar a distribuição dos níveis de aceitabilidade das orações finitas agramaticais por contexto (cf. gráfico 6).

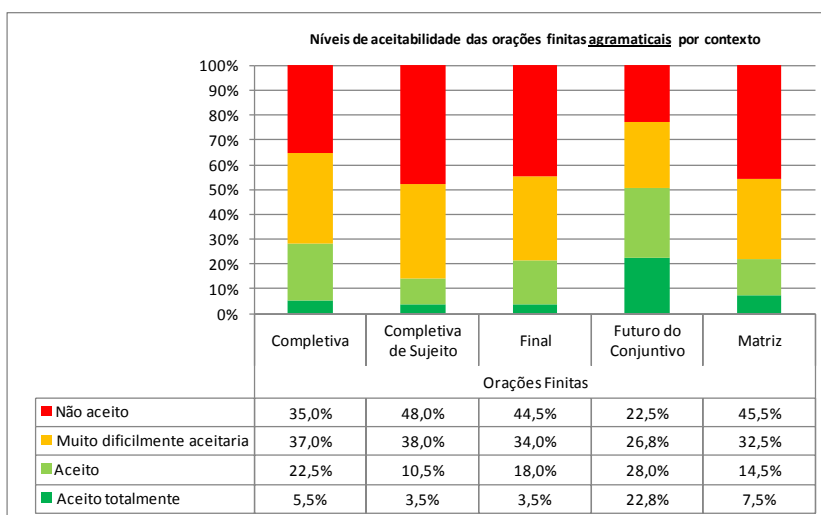


Gráfico 6

Ao analisar os diferentes contextos apresentados aos participantes, destaca-se o resultado das orações no futuro do conjuntivo, tal como mencionado anteriormente. Os falantes nitidamente não

aceitam os restantes contextos agramaticais mas aceitam o futuro do conjuntivo (50,8%) (cf. # Se nós acabar a ficha, podemos sair mais cedo.) Os resultados relativos a este contexto aproximam-se, assim, dos resultados das orações infinitivas agramaticais (56,2%).

Com efeito, a omissão da concordância em orações com o futuro do conjuntivo foi atestada em na fala espontânea nesta região e o teste de aceitabilidade comprova que, tal como nos contextos de infinitivo, os falantes aceitam a omissão dos traços da concordância verbal, o que aproxima este contexto finito dos contextos infinitivos em estudo.

Para verificar se este tipo de concordância não padrão é uma variação regional característica dos falantes da região do Vale do Sousa e do Vale do Ave, aplicou-se o mesmo teste de aceitabilidade a falantes escolarizados (a partir do 9º ano de escolaridade) dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Setúbal, Beja e Faro, que nunca viveram nem no Vale do Sousa e no Vale do Ave. Os resultados obtidos foram claros e expressivos, apesar da heterogeneidade da proveniência dos participantes, e permitem concluir que estes não aceitam as formas infinitivas sem concordância, ao contrário do grupo em estudo; os resultados das orações com concordância são aproximados. No gráfico 7, estão representados os resultados do grupo de controlo.

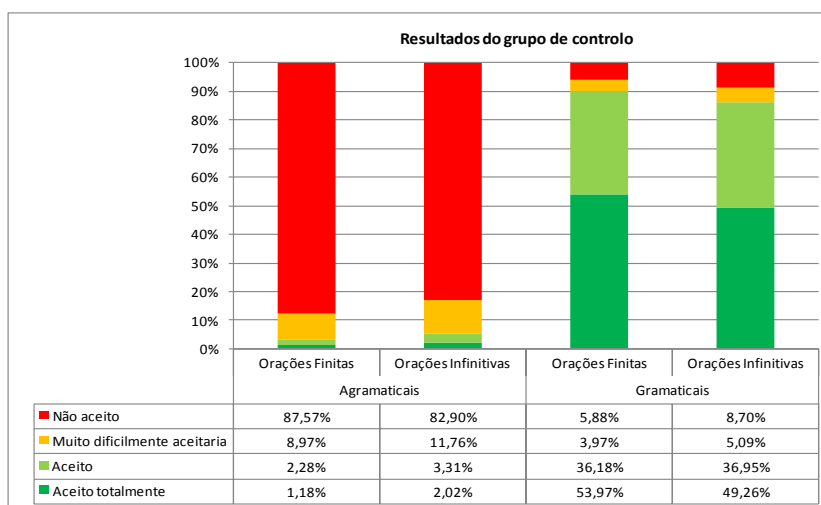


Gráfico 7

As orações sem concordância não são aceites, quer se trate de contextos infinitivos (94,66%) quer de contextos finitos (96,54%); inclusivamente, estes falantes rejeitam a omissão da concordância em orações com o futuro do conjuntivo (95,78%) (cf. gráfico 8), mais uma vez em contraste com o que acontece com o grupo em estudo. Relativamente às orações com concordância, os resultados são também bastante aproximados dos recolhidos junto do grupo de falantes da região em apreço.

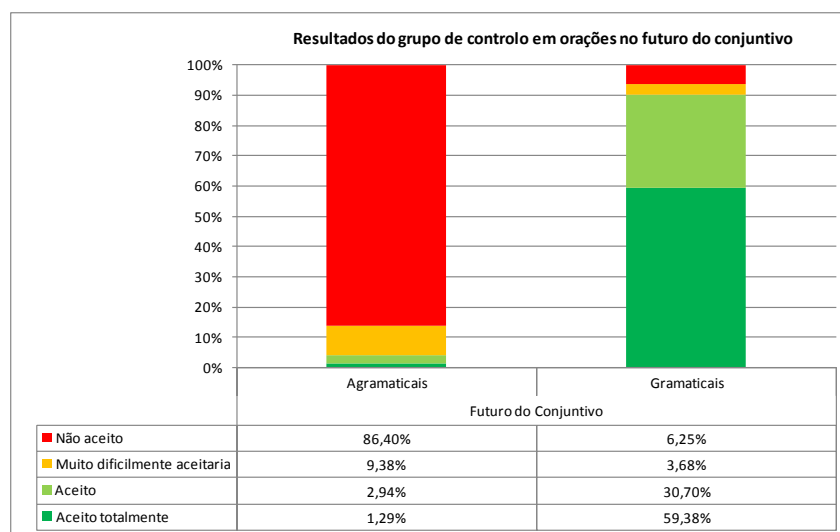


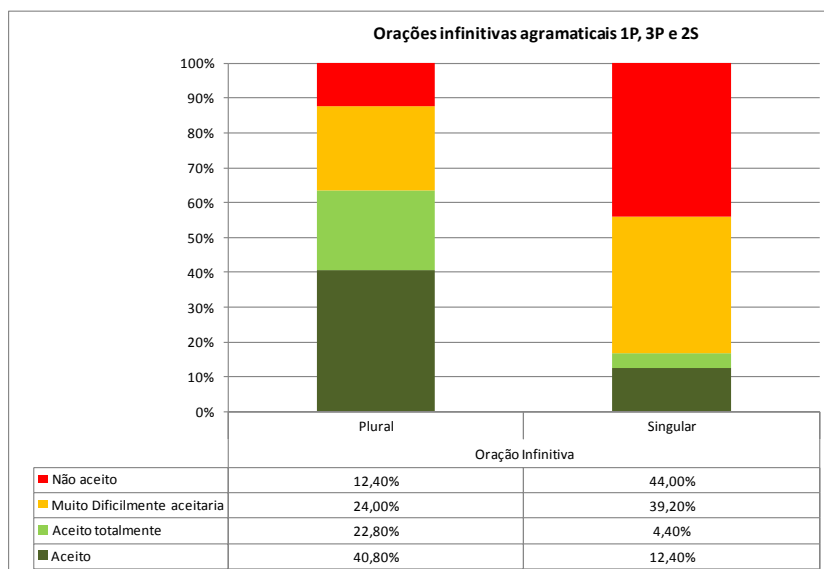
Gráfico 8

Os dados recolhidos junto de ambos os grupos no teste de gramaticalidade permitem concluir que, de facto, os falantes do grupo em estudo, ao invés de cometerem os chamados “erros de atração”, fazem precisamente o inverso: falham a concordância quando, à partida, dispõem de toda uma estrutura sintática para a estabelecerem. Neste ponto, aproximam-se das variedades não padrão do português do Brasil (cf. (1)), com uma diferença crucial: limitam a omissão aos contextos em que a forma verbal está no infinitivo ou no futuro do conjuntivo.

Provou-se ainda que se trata, efetivamente, de uma variação regional atestada em falantes do Vale do Sousa e do Vale do Ave. Os falantes desta região tendem a omitir a concordância nos contextos supracitados.

Com o intuito de determinar se a omissão afeta todas as pessoas da concordância verbal, do mesmo modo, foi aplicado novo teste de gramaticalidade aos mesmos participantes. Neste segundo teste, foram acrescentados contextos com a segunda pessoa do singular, como ‘# Este livro é para tu ler’. A predição era que, se a neutralização afetasse o traço [Pessoa], a omissão de concordância de segunda pessoa do singular deveria exibir índices de aceitabilidade comparáveis aos verificados com a omissão das formas do plural. Optou-se pela segunda pessoa do singular e não pela segunda do plural por duas razões: 1. a forma “vós” está a cair em desuso junto dos falantes mais jovens, sendo substituída pela terceira pessoa do plural “vocês” e 2. os falantes que ainda usam esta forma utilizam formas irregulares como “índes”, “comendes”, “andandes”, entre outras, pelo que esta variável introduziria demasiado ruído aquando da realização do teste e da análise dos resultados.

No gráfico 9, apresenta-se os expressivos resultados deste segundo teste de aceitabilidade no que concerne às orações infinitivas com omissão de morfologia de concordância de 2S (na coluna da direita) e de 1P e 3P (coluna da esquerda).

**Gráfico 9**

Note-se que os níveis de aceitação das orações infinitivas sem concordância relativos às 1P e 3P são, novamente, elevados (63,6%), mas, em contrapartida, os resultados das orações com a 2P do singular mostram que os falantes não aceitam esta estrutura (83,2%) e não a reconhecem como fazendo parte da sua gramática, resultando daqui uma conclusão evidente: a 2P do singular não é afetada pela neutralização. Em síntese, o fenómeno de concordância variável em discussão possui as seguintes propriedades distintivas: 1. não afeta a 2ª pessoa do singular; 2. não ocorre apenas com as formas infinitivas dado que abrange o futuro do conjuntivo. Em nosso entender, esta segunda propriedade é um forte indicador de que o fenómeno em causa não é puramente sintático situando-se antes no nível morfológico da gramática.

Finalmente, aplicou-se um último teste de juízos de gramaticalidade com estruturas de sujeito nulo. Para isso, testou-se somente orações no futuro do conjuntivo e orações matriz finitas. De acordo com Rodrigues (2004), uma das causas do cancelamento da concordância na presença de um sujeito expresso é o facto de a informação ser redundante: os falantes não repetem os morfemas de concordância quando se trata de orações coordenadas ou subordinadas com sujeito expresso. Se este princípio se aplicar aos falantes em estudo nesta investigação, é previsível que, em orações com sujeito nulo os falantes i) aceitem as formas finitas no futuro do conjuntivo com concordância, e as orações finitas matriz com concordância; ii) rejeitem a) as formas finitas no futuro do conjuntivo sem concordância e b) as orações finitas matriz sem concordância.

No que concerne às orações matriz, os resultados foram os previstos: os participantes aceitaram as estruturas com concordância (93,5%) e rejeitaram as estruturas sem concordância com apenas 12,5% de aceitação. Os resultados do futuro do conjuntivo no teste de juízos de gramaticalidade são apresentados no gráfico 10.

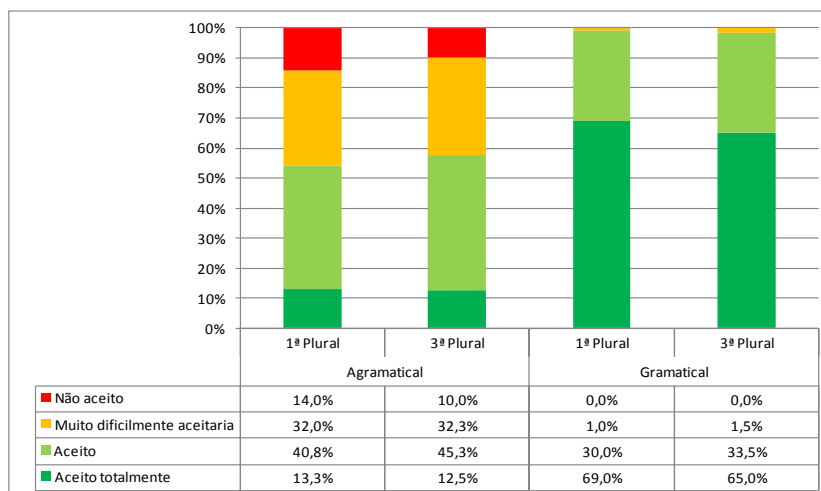


Gráfico 10

Em contexto de sujeito não expresso, os participantes aceitam inequivocamente as estruturas com concordância, independentemente da pessoa do plural que é omitida (99,0% na 1ª Plural e 98,5% na 3ª Plural); contudo exibem também elevados níveis de aceitação nas estruturas sem concordância (54,1% na 1ª Plural e 57,8% na 3ª Plural), o que resulta numa média conjunta de 55,9%. Em face destes resultados, conclui-se que os dados não vão ao encontro da predição inicial baseada em Rodrigues (2004).

Os resultados deste teste de gramaticalidade são particularmente interessantes quando comparados com as mesmas estruturas, mas com sujeito expresso, do primeiro teste. Quando comparados os dados, pode verificar-se uma grande paridade nos níveis de aceitação (cf. tabela 1), o que é um forte indicador de que a regra da concordância é também variável nestes contextos, para os falantes desta região.

| Condições | Resultados |
|---|------------|
| Orações com concordância no futuro do conjuntivo | |
| Sujeito expresso | 91,8% |
| Sujeito nulo | 98,8% |
| Orações sem concordância no futuro do conjuntivo | |
| Sujeito expresso | 50,8% |
| Sujeito nulo | 55,9% |

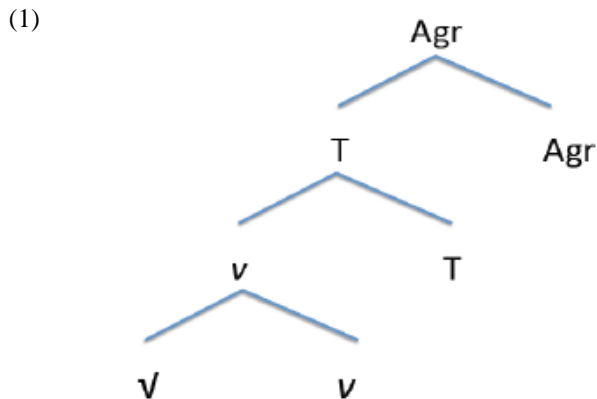
Tabela 1

3. Análise

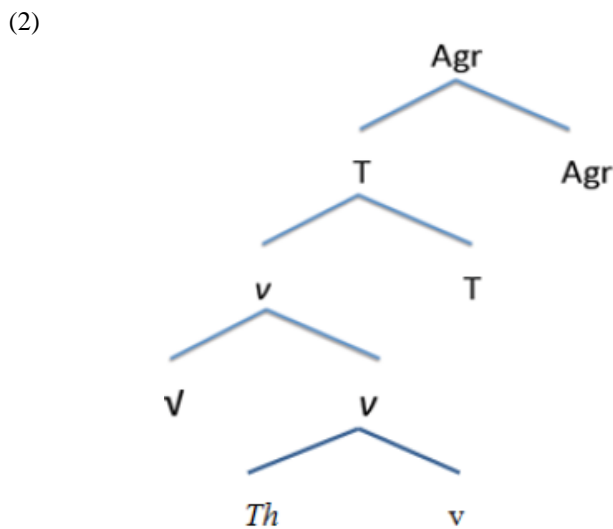
Na nossa abordagem desta questão, assumiremos o modelo da Morfologia Distribuída (MD) tal como apresentado em Embick e Noyer (2007). Neste modelo, os nós terminais da derivação sintática (Morfemas) são feixes de traços abstratos relevantes apenas para a sintaxe, sem informação fonológica ou morfológica. É só no momento de *Spell Out* que são inseridos os expoentes fonológicos de cada morfema, consoante os Itens do Vocabulário da língua. Este processo toma a designação de Inserção Vocabular.

No caso da flexão verbal, assumimos que a sintaxe gera uma representação que resulta da combinação de uma raiz verbal ($\sqrt{\text{ }}$), um núcleo categorial verbal (v) (pelo menos) e um núcleo de Tempo (T). Distanciando-nos um pouco de Embick e Noyer (2007), assumimos que, no PE, uma língua de

sujeito nulo, T se combina com um núcleo de concordância na sintaxe, gerando assim a seguinte representação:

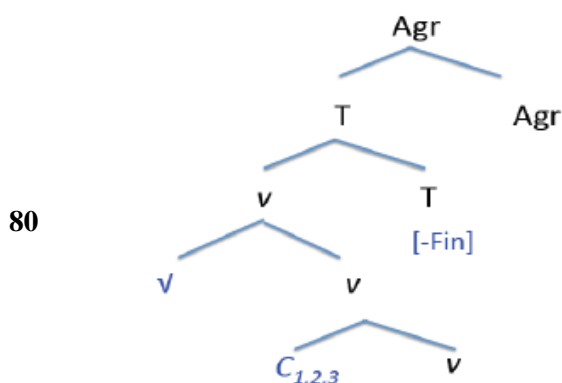


Adotando uma sugestão de Bassani e Lunguinho (2011) para o PB, assumimos que os traços de classe, que são definidos pela raiz e realizados pelas vogais temáticas, são introduzidos na componente morfológica mediante a inserção de um morfema, o chamado *índice temático* (*Th*), que irá alojar a vogal temática:



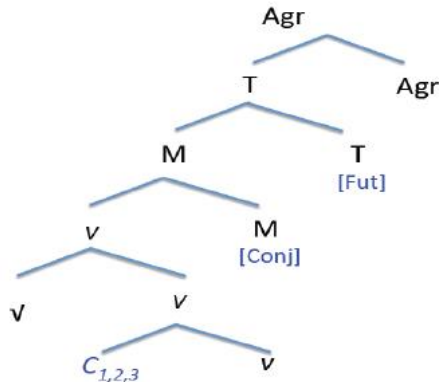
Estes são os núcleos sintáticos que irão abrigar os traços abstratos e receber os itens do Vocabulário. A raiz recebe material fonológico compatível com o conceito que veicula. O núcleo *v* contém traços semânticos como CAUSA ou INCOATIVIDADE e pode, ele próprio, ser complexo. O núcleo *Th* recebe uma das três vogais temáticas verbais do português, *-a*, *-e*, *-i*. O núcleo de Tempo recebe os traços temporais [presente], [passado], [futuro] e AGR, os traços- ϕ de pessoa e número. No caso das orações infinitivas, assumiremos que T é [-FIN].

(3)



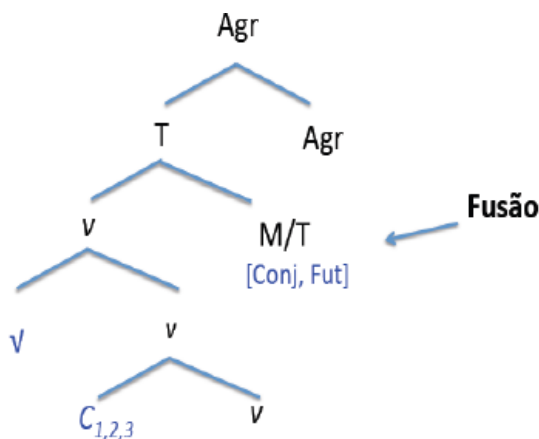
Já no caso do Conjuntivo, adotaremos a hipótese da existência de um núcleo M(odo) independente de T.

(4)



No caso dos verbos regulares, por hipótese, M funde com T, sendo que o resultado após Fusão é o seguinte:

(5)



No modelo da MD, cada item do Vocabulário é definido como uma relação entre uma expressão fonológica e um traço gramatical ou semântico e, eventualmente, um contexto de inserção. Assim, por exemplo, no caso do morfema do infinitivo e das vogais temáticas, teremos os seguintes itens vocabulares:

- (6) /r/ ↔ [-Fin] /e/ ↔ [c3]
 /a/ ↔ [c1] /i/ ↔ [ce]

Note-se que o expoente fonológico do morfema do futuro do conjuntivo dos verbos regulares é também /r/:

- (7) /r/ ↔ [Conj, Fut]

Uma propriedade importante da inserção tardia é a propriedade da Subespecificação, que é regida pelo Princípio do Subconjunto (Halle 1997, entre outros), segundo o qual os itens de Vocabulário não precisam de ser plenamente especificados para serem inseridos.

- (8) **Princípio do Subconjunto para a inserção vocabular**

Um expoente fonológico realiza um morfema numa sequência terminal se o item lhe faz

corresponder todos ou um subconjunto dos traços do morfema terminal. Se o item vocabular contém traços que não estejam presentes no morfema, não pode ser inserido.

Um outro princípio atuante no momento da escolha dos itens a serem inseridos nos nós terminais é o Princípio do Bloqueio:

(9) **Princípio do Bloqueio**

Sempre que há mais do que um item do Vocabulário capaz de ser inserido, o item mais especificado é o que deve ser escolhido.

No caso particular dos traços de concordância de pessoa e número, seguiremos a proposta de Nevins e Parrot (2010):

(10) Traços-*phi* de pessoa: [\pm participante, \pm autor]

Traços de número: [\pm pl]

As diferentes combinatórias de traços- ϕ dão-nos as seguintes especificações do morfema Agr:

(11) 1Psg: [+participante; +autor;-pl]

2Psg: [+participante; -autor;-pl]

3Psg: [-participante; -pl]

1Ppl: [+participante; +autor;+pl]

2Ppl: [+participante; -autor;+pl]

3Ppl: [-participante; +pl]

No contexto do conjuntivo (presente, pretérito imperfeito e futuro) e do infinitivo flexionado, propomos os seguintes itens de Vocabulário para inserção no nó Agr (proposta parcialmente baseada em Bassani e Lunguinho, 2011):

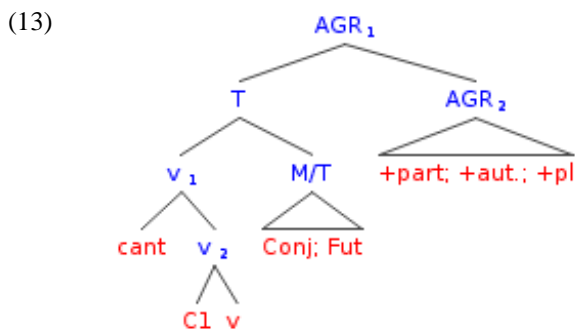
(12) /s/ \longleftrightarrow [+participante; -autor;-pl]

/mos/ \longleftrightarrow [+participante; +autor;+pl]

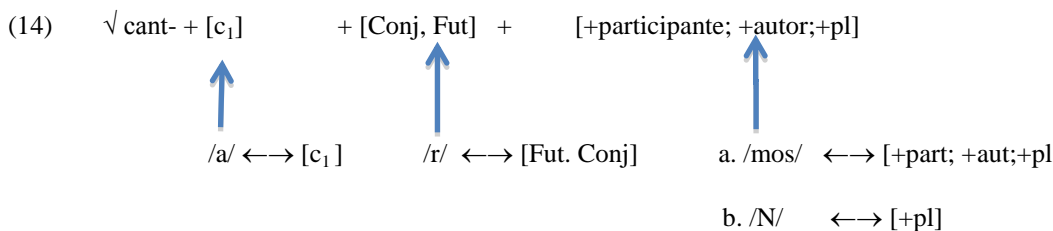
/N/ \longleftrightarrow [+pl]

/ø/ \longleftrightarrow em todos os outros casos (*elsewhere*)

Consideremos a derivação da forma ‘cantarmos’ do dialeto padrão. A sintaxe gera a representação em (13):



A inserção vocabular procede como exemplificado em (14):



Os expoentes /a/ e /r/ são inseridos, respetivamente, em [c₁] e M/T [Conj, Fut] e os expoentes

/mos/ e /N/ competem entre si para inserção no nó Agr [+participante; +autor; +pl]. Dado que o primeiro é o mais especificado, é esse que é inserido.

A derivação das formas do infinitivo processa-se de modo idêntico. Note-se que, no caso das formas do futuro do conjuntivo dos verbos irregulares, ter-se-á de assumir fusão do nó $\sqrt{\quad}$ com a vogal temática e os núcleos de Modo e Tempo. Assim, com o verbo ‘estar’ por exemplo, o nó que resulta da fusão destes morfemas será ‘for’, ao qual posteriormente é acrescentado o expoente correspondente a Agr.

Este é o processo que ocorre na variedade padrão. Para dar conta da concordância variável no dialeto da zona do Vale do Ave, propomos a aplicação condicionada de uma regra de **Empobrecimento** (Bonet, 1991). As regras de Empobrecimento operam sobre os traços morfossintáticos eliminando certas distinções. Em resultado da sua aplicação, o item de Vocabulário esperado não pode ser inserido e, por conseguinte, um item menos especificado, geralmente o item *default* (*elsewhere*) é inserido. No caso em apreço, propomos a seguinte regra:

(14) **Regra de Empobrecimento**

[+pl] → [∅] / [-Fin] [±participante; ± autor; ___]
[Fut Conj]

A regra (14) elimina o traço de número dos morfemas positivamente especificados para esse traço e está condicionada aos contextos de infinitivo flexionado e de futuro do conjuntivo. Em consequência da aplicação da regra, dá-se um “recoo” para o item usado em todos os outros casos, que é o expoente ∅.

No espírito de Nevins e Parrott (2010) propomos que a regra (14) é uma regra variável na aceção da Sociolinguística Variacionista (Labov 1969, Guy 1991), i.e., é uma regra cuja aplicação é probabilística e não determinista; daqui decorre a variação intra-individual. Combinando a noção de ‘regra variável’ da Sociolinguística Variacionista com os princípios da MD, Nevins e Parrott (2010) propõem que o Empobrecimento variável é um dos mecanismos de variação intra-individual em morfossintaxe. Os autores propõem ainda que as operações de Empobrecimento morfológico são induzidas pelo carácter marcado dos traços morfossintáticos. Em particular, defendem (na linha de Greenberg 1966, entre outros) que o valor positivo de um traço morfossintático é marcado. Os dados aqui discutidos estão em conformidade com esta proposta já que os morfemas afetados são os que são positivamente especificados para o traço de número.

4. Conclusão

O presente estudo partiu da constatação de um fenómeno particular de concordância variável na fala de uma restrita comunidade, no Vale do Sousa e no Vale do Ave. Essa constatação tornou-se no foco de uma investigação cujo procedimento visou a comprovação empírica da sistematicidade e da regionalidade do fenómeno bem como a apresentação de uma proposta de explicação. Para isso, aplicou-se uma bateria de testes de juízos de gramaticalidade. Dos resultados dos testes de juízos de gramaticalidade pôde concluir-se que os falantes aceitam as formas com e sem concordância em contextos de infinitivo flexionado e no futuro do conjuntivo ao mesmo tempo que rejeitam as restantes orações finitas sem concordância, provando-se, desta forma, a equiparação do infinitivo flexionado e do futuro do conjuntivo. Constatou-se ainda que os participantes do grupo de controlo rejeitam taxativamente as formas sem concordância aceites pelos participantes do grupo em estudo. Provou-se ainda que os participantes do grupo em estudo rejeitam as formas sem concordância em contextos equivalentes na segunda pessoa do singular, o que sugere que, ao cancelarem a concordância, estão a omitir o traço [Número] e não o traço [Pessoa]. Os resultados apontaram também no sentido de a regra de concordância permanecer variável também em contextos em que o sujeito é nulo: quer com sujeito expresso quer com sujeito nulo, os falantes aceitam as formas com e sem concordância.

A análise proposta dá conta da variação intra e interindividual e, ao mesmo tempo, expõe os processos morfossintáticos responsáveis pela aplicação sistematizada e ordenada de uma regra variável. As propostas de Nevins e Parrott (2009) e de Bassani e Lunguinho (2011) foram adotadas neste estudo uma vez que os dados recolhidos vão ao encontro destas propostas: os morfemas afetados são os que são

positivamente especificados para o traço [Plural]. Assim, este trabalho vem confirmar o interesse da aplicação do modelo teórico da MD ao estudo da variação intra e interindividual em morfossintaxe.

A regra (14), tal como está formulada, apresenta uma disjunção: o seu contexto de aplicação é ou o infinitivo ou o futuro do conjuntivo. Seria, obviamente, desejável que esta disjunção fosse eliminada. Dito por outras palavras, a formulação da regra levanta a questão de saber o que têm os dois contextos em comum. A resposta a esta pergunta está fora do alcance deste estudo e será reservada para trabalho futuro. Parece-nos, contudo, que um dos resultados mais significativos deste trabalho é precisamente a descoberta desta afinidade entre as formas de infinitivo flexionado e de futuro do conjuntivo.

Referências

- Bassani, Indaiá de Santana e Lunguinho, Marcus Vinicius (2011) Revisitando a flexão verbal do português à luz da Morfologia Distribuída: um estudo do presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo. *ReVEL*, edição especial n. 5, 2011.
- Bonet, Eulalia (1991) *Morphology after Syntax: Pronominal Clitics in Romance*, MIT: Doctoral Dissertation.
- Cardoso, A., Carrilho, E. e Pereira, S. (2012) On verbal agreement in European Portuguese: syntactic conditions for the 3sg/3pl alternation. *Diacrítica* 25-1: 135-158.
- Duarte, M. I., Gonçalves A., e Santos (2013). Control, tense and inflected infinitives: an argument for an Agree theory of Control. Manuscrito em fase de submissão, Universidade de Lisboa.
- Embick, David, and Noyer, Rolf. (2007) Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*, Gillian Ramchand and Charles Reiss (eds.), 289-324. Oxford: Oxford University Press.
- Greenberg, Joseph H. (1966) *Language Universals with Special Reference to Feature Hierarchies*. The Hague: Mouton.
- Guy, Gregory R. (1991) Explanation in variable phonology: An Exponential model of morphological constraints. *Language Variation and Change* 3: 1-22.
- Halle, Morris; Marantz, Alec. Distributed Morphology and pieces of inflection. In: Hale, Ken; Keyser, Samuel Jay. *The View from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 111-176, 1993.
- Halle, Morris (1997) Distributed Morphology: Impoverishment and Fission. *MIT Working Papers in Linguistics*.
- Labov, William (1969) Contraction, deletion and inherent variability of the English copula. *Language* 45:715-762.
- Mota, Maria Antónia & Sílvia Vieira (2008), Contrastando variedades do português brasileiro e europeu: padrões de concordância sujeito-verbo. C. Gonçalves and M. L. L. de Almeida (orgs.) *Língua Portuguesa. Identidade, Difusão e Variabilidade*. UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas, pp. 87-113.
- Nevins, Andrew & Jeffrey Parrot (2010). Variable rules meet Impoverishment theory: Patterns of agreement leveling in English varieties. *Lingua* 120-5:1135–1159.
- Rodrigues, A. S. (2004) Concordância verbal, sociolinguística e história do português brasileiro. *Forum Linguístico* 4-1: 115-145. Florianópolis.
- Scherre, M. M. P. (1994). Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. 12:37- 49.
- Scherre, M. M .P. e Naro, A. J. (1998) Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509- 523.